

A necessária recomposição das universidades federais

A necessária recomposição das universidades federais

Em 2012, as instituições tiveram seu maior crescimento. Desde então, apesar do orçamento de redução até 2022. Em 2022, houve leve expansão. Em 2023, apesar de redução no orçamento da Lei Orçamentária, estão asseguradas por emendas legais.

OUTRASPALAVRAS
Boletim Outras Palavras
Publicado em 15/01/2024 às 09:02



Boletim Outras Palavras
Inscreva-se para receber o boletim de notícias em seu e-mail.

Por **Luciana Ferreira** e **Letícia Lins**, no **Temas Públicos**

O maior império é, assim como demais setores da educação pública, um dos vetores de transformação social, com desenvolvimento e relação não somente à formação universitária, alinhados ao ensino, pesquisa e extensão, mas também à comunidade civil brasileira – avaliada nacionalmente pelo Impacto das Atividades das Universidades (IAU) em 2022. Este indicador se estabelece a partir da garantia abrangente e sólida da qualidade educacional do ensino superior, que requer transferência de recursos, expansão das políticas de Estado e estruturas estruturais.

A educação superior pública no Brasil passa por transformações desde a promulgação da Constituição de 1988, que a garante como direito e constitui-se alicerces no governo para a criação do REUNI (Decreto n. 6.096/2007) e do saneamento da Lei de Cotas (Lei n. 12.711/2012). Essas ações de reformulação têm buscado no trabalho e no ensino no ensino superior brasileiro, além de garantir a inclusão social e educacional, cujo objetivo é a redução da desigualdade social através da expansão do acesso do país. Logo, a importância do financiamento adequado se estabelece a partir de tal objetivo, uma vez que maior quantidade de Universidades, com expansão estrutural, estrutural e de pessoal, requer naturalmente maior transferência de recursos.



O orçamento das Universidades Federais convencionais para os próximos anos das mudanças na legislação federal do Brasil nos anos mais recentes, como após a aprovação do Teto dos Custos (Estatuto Constitucional n. 92/2016), recentemente revogado. Isso porque, embora as Universidades não somente por suas contribuições à sociedade, mas também como estruturas associadas ao orçamento federal que estão sob o comprometimento das leis fiscais e dependentes de verbas utilizadas para trabalhar as cotas públicas – isto é, a política universitária definida pelas governos exigem diretamente todos os órgãos e das associações, inclusive as Universidades.

Sob este aspecto técnico-político, é necessário considerar a influência dos governos na maior ou menor parte por meio de recursos, seja pelo direcionamento de recursos, seja por políticas específicas instituídas e mantidas em diferentes governos. O primeiro exemplo é o REUNI (Plano de Reconstrução e Expansão das Universidades Federais), instituído em 2007, cujo objetivo principal incluía em seu âmbito financeiro, entre os resultados pedagógicos – valendo a reconstrução estrutural – e as econômicas, com a expansão do número de Universidades brasileiras. Tais expansões em tais direções requer transferência de recursos não somente para iniciar, mas também para manter os objetivos propostos.

Outro exemplo relevante é a Lei de Cotas, instituída em 2012, que exige reserva de 20% das vagas dos cursos de graduação para pessoas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas, além de pessoas de baixa renda e pessoas com deficiência (PCD). A efetividade de uma política social bem sucedida demonstra sua importância crucial para a sociedade brasileira, tanto em termos históricos quanto sociais, e igualmente requer atenção em desenvolvimento da inclusão, com políticas de permanência e assistência estrutural adequadas.

Essas complexas são pontos focais para analisar como se deu a expansão universitária nos últimos anos e como se mantém até atualmente, tendo em vista a política fiscal à qual as instituições estão submetidas. Considerando o período de 2007 a 2022, percebe-se um aumento significativo no orçamento das Universidades entre os anos de 2007 e 2014.

O ano de 2014 registrou maior aumento de recursos enviados para as Universidades. A partir deste ano, a redução de verbas se manteve até 2022. Já em 2023, a Lei Orçamentária Anual (LOA) garante recomposição de R\$ 1,06 bilhão.



Ao analisar a diferença entre o orçamento previsto pela LOA e o que foi empregado, pode-se observar a efetividade na execução dos recursos. Isto, no entanto, depende da capacidade de execução de cada instituição que, sendo dependente de fatores diversos, impõe que esta análise faça qualquer inferência relacionada ao comprometimento dos dados.

O que é possível avaliar é que maior efetividade de execução orçamentária refletiu tanto até ao longo dos anos, quanto por exemplos pontuais, como o ano de 2007 e entre 2011 e 2017. Em média, 95,4% dos recursos enviados às UF foram utilizados ao longo de sua história.



A avaliação de ações expansionistas permite observar pontos focais à gestão universitária. Nesta questão, destacamos a 2002, referente à consolidação do estatuto da educação superior, após que desviou recursos para a assistência ao estudante no Ensino Superior.

Embora sua série temporal esteja desde 2000, a criação do Programa de Assistência Estudantil (PROAE) ocorreu via decreto apenas em 2000 – consequência do programa de expansão. De acordo com o decreto 7.214/2000, o papel da assistência estudantil “ampara as condições de permanência dos jovens na educação superior pública básica”.

Por consequência da prática expansionista, os recursos destinados à ação que promoveria tais objetivos tiveram fontes fortalecidas nas últimas décadas, de forma que seu comportamento mudou substancialmente desde o início da série.

A trajetória ascendente iniciou após o ano de 2000, tendo atingido sua máxima em 2015, com orçamento de R\$ 1,1 bilhão. Nos anos subsequentes, o comprometimento de verbas orçamentárias, com valores de R\$ 400 milhões no ano de 2021. Já em 2022, a recomposição deve os recursos para R\$ 500 milhões. Esse comprometimento é uma das várias mudanças dos anos recentes, como a política abrangente de implementação de assistência estudantil no âmbito público, além da expansão institucional de inclusão permanente gerada em 2012. Tais mudanças, de uma série importante com desenvolvimento crucial à sociedade brasileira, como a permanência universitária e a garantia de condições para conclusão de cursos de graduação – adaptadas não somente aos critérios do PROAE, mas também uma abertura de demanda educacional, por si só, é capaz de proporcionar múltiplos benefícios sociais.

A comparação entre os recursos da LOA atualizada e do empregado mostra que a efetividade de execução orçamentária da ação é alta, com média de 91,2% ao longo de toda a série.

É importante ressaltar que esta análise é feita utilizando dados estatísticos orçamentários, o que impõe inferências relacionadas às questões internas a cada instituição. No entanto, fatores como efetividade orçamentária e a dimensão de verbas orçamentárias comprometidas são fatores para o estabelecimento de impacto causado por políticas restritas – principalmente a política fiscal.

As mudanças legislativas e emendas à constituição exigem as Universidades diferentemente, tornando-as instituições-doc para a redução do orçamento. Isso, além de estar em contradição do que se passou que buscou o desenvolvimento social Brasil, caracteriza um cenário de desengajamento entre o que as instituições ofertam à sociedade e o que recebem como recursos para atuar. A recomposição orçamentária em 2023 é parte importante de reestabelecimento adequado das UFES, aliada que ainda trabalha interrompida suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, apesar dos cortes dos seus recursos.

<https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-necessaria-recomposicao-das-universidades-federais/>

Veículo: Online -> Site -> Site Outras Palavras